



PAPEL DA EQUIPE DE SAÚDE NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Maria Eduarda Bezerra do Nascimento

Centro Universitário Fametro

Graduanda em Enfermagem

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9720-0562>

Lháisa Silva Soares

Graduanda em Medicina

Centro universitário vértice - UNIVÉRTIX

<https://orcid.org/0000-0003-2123-575X>

E-mail: lhaisauni@gmail.com

Ana Beatriz Oliveira de Melo

Centro Universitário Fametro

Graduanda em Enfermagem

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7996-6659>

Vitoria dos Santos Silva

Enfermeiro

Centro Universitário UniFTC

E-mail: vicklima318@gmail.com

Daniel Gomes da Silva

Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0956-8944>

E-mail: gomesdaniel061@gmail.com

Vanessa Ximenes Bertoldo Rolim

Enfermeira

Universidade estadual Vale do Acaraú- uva

E-mail: Vamessa2xb@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6249-6349>



Isabela Fernanda dos Santos Vieira

Enfermeira

Pós-graduanda em Urgência, Emergência e UTI (CEFAPP)

E-mail: isabela_fernanda9@hotmail.com

Camila Rafaela Correia da Silva

Fisioterapia - Faculdade dos Guararapes

E-mail: camilacorreia.fisio@gmail.com

Esther Alessandra França Silva Vieira

Enfermeira

Cesmac

Pós-graduanda em Urgência, Emergência e UTI (CEFAPP)

E-mail: tehsilva.silva@gmail.com

orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7261-3269>

Maria Fernanda Alves dos Santos

Enfermeira

Centro universitário cesmac

Pós-graduanda em Urgência, Emergência e UTI (CEFAPP)

E-mail: Fernandalvees@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9259-3653>

Camila de Moraes Lucena

Graduanda de Medicina

Centro Universitário de João Pessoa - Unipê

João Pessoa, Paraíba, Brasil

E-mail: ccamilamoraisl@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3795-2564>

Rafael Murad Magalhães Oliveira

Médico

Universidade Presidente Antônio Carlos de Juiz de Fora (UNIPAC-JF)

Juiz de fora - Minas Gerais

E-mail: rafael.murad82@gmail.com



RESUMO

Este artigo aborda alguns aspectos da violência de gênero no Brasil, considerando-a como um problema de saúde pública. O objetivo deste artigo é refletir e promover uma mudança de perspectiva sobre a saúde das sobreviventes de violência de gênero. Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa, incluindo os temas da epidemiologia, a história do combate à violência de gênero no Brasil, o papel dos prestadores de saúde da linha de frente nesse tipo de atendimento e os sinais de violência vivenciados pelo paciente. Foi estabelecido que a violência baseada no gênero é generalizada, mas tornada invisível pelos cuidados médicos. É necessária a sensibilização dos profissionais de saúde para responder a esta questão.

Palavras-chave: Violência De Gênero, Violência Contra A Mulher, Saúde Pública.

ROLE OF THE HEALTHCARE TEAM IN SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN

ABSTRACT

This article addresses some aspects of gender-based violence in Brazil, considering it as a public health problem. The objective of this article is to reflect and promote a change in perspective on the health of survivors of gender-based violence. A narrative bibliographic review was carried out, including the themes of epidemiology, the history of combating gender-based violence in Brazil, the role of front-line healthcare providers in this type of care and the signs of violence experienced by the patient. It has been established that gender-based violence is widespread but made invisible by medical care. It is necessary to raise awareness among health professionals to answer this question.

Keywords: Gender Violence, Violence Against Women, Public Health.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno complexo e multifacetado, muito difundido na sociedade brasileira, hoje e historicamente. Essa manifestação pode ser definida de diferentes formas, inclusive aquela dada pelos autores do livro Crimes Contra as Mulheres (Bianchini; Bazzo; Chakian, 2021)

Além disso, sabemos que em 2019, 19,4% das mulheres foram vítimas de violência no Brasil (IBGE, 2019), número igual a uma mulher brasileira em cada cinco. A maioria dos casos de violência é cometida por companheiro ou ex-companheiro, familiar ou conhecido, muitas vezes durante separação ou crise. Em geral, as mulheres negras são mais vítimas do que as mulheres não negras (Bueno *et al.*, 2021).



O Brasil já viu algum progresso na saúde das mulheres e na proteção contra a violência nos últimos 50 anos. Entre eles, o Programa de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM). Também é importante para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) de 2004; a lei “Maria da Penha”, com o número 11.340/2016 e a lei do “Feminicídio”, número 13.104/2015, entre outras. Não podemos deixar de mencionar a criação do SUS como um sistema público de saúde com os princípios da exclusividade, universalidade e igualdade, pois uma saúde pública de qualidade beneficia a saúde das mulheres e em geral. (Brasil, 1990)

Sendo um problema multifatorial, histórico e generalizado, ainda que insidioso, na sociedade brasileira a violência de gênero não pode ser resolvida de uma única forma. A mediação de diferentes sujeitos e atores de diversos setores é necessária para buscar soluções de curto, médio e longo prazo para este problema, é necessário preparar e capacitar os profissionais de saúde para liderar esses serviços.

Diante disso, o objetivo desta revisão de literatura é refletir e promover uma mudança de perspectiva sobre a saúde dos sobreviventes da violência baseada no gênero.

METODOLOGIA

O método de pesquisa deste artigo é a pesquisa analítica descritiva exploratória, utilizando como método a revisão integrada da literatura (RIL). O principal objetivo do RIL é coletar, sintetizar e analisar os resultados de pesquisas científicas previamente publicadas sobre um tema específico, a fim de integrar a informação existente e fornecer uma síntese crítica e sistemática do conhecimento acumulado. Combina diferentes estratégias de pesquisa e estudo com o objetivo de identificar e avaliar a qualidade e consistência das evidências existentes, bem como permitir a comparação e integração dos resultados (Marconi; Lakatos, 2009).

Quanto à coleta de dados, esta foi realizada por meio das seguintes bases de dados: Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), PubMed e Literatura em Ciências da Saúde da América Latina e do Caribe (LILACS). Para obter informação relevante sobre este tema foram consultados diferentes



tipos de publicações, incluindo artigos científicos, estudos e revistas.

Para realizar essa busca, foram utilizados os seguintes descritores: "violência de gênero" "violência contra mulher" e "saúde pública". Esses termos foram combinados utilizando o operador booleano "AND" para refinar a pesquisa, resultando na seguinte estratégia de busca: "Violência de Gênero" AND "Violência contra Mulher" AND "Saúde Pública". Essa abordagem permitiu a identificação de publicações que abordam diretamente estudos anteriores e revisões sistemáticas sobre temas relacionados com abordagem integrada no cuidado paliativo em pacientes com neoplasias avançada: promovendo o conforto e a qualidade de vida foram analisados para identificar referências relevantes. Isso pode fornecer informações sobre o que foi estudado e quais lacunas permanecem na literatura.

No que diz respeito aos critérios de elegibilidade, selecionou-se: artigos originais, de revisão sistemática, de revisão integrativa ou relato de casos, desde que disponibilizados gratuitamente, publicados com um recorte temporal de (2008 a 2024), sem critérios para local e língua de publicação. Dos critérios de inelegibilidade, excluiu-se as publicações não científicas, as publicações científicas que possuíam textos incompletos, resumos, monografias, dissertações e teses.

A etapa de seleção consistiu em: formular os critérios de elegibilidade e inelegibilidade, posteriormente partiu-se para busca das publicações por meio dos bancos de dados utilizando os descritores e operador booleano por meio dessa busca foram encontrados os estudos que irão compor os resultados dessa pesquisa.

RESULTADOS

A saúde da mulher e o combate à violência de gênero mudaram drasticamente desde o início da articulação feminista no Brasil, mas ainda há muito progresso a ser feito. Oferecemos aqui um panorama histórico das etapas e políticas públicas dos últimos 50 anos nesta área. Primeiramente, na década de 1970, vale destacar a lei do divórcio (n. 6.515/1977), que deu bons resultados para as mulheres em situação de violência, pois abriu uma nova possibilidade de separação e determinou que os filhos deveriam ser sustentados por ambos pais na proporção de seus recursos (Vigano; Laffin,



2019).

Existem outras leis que têm desempenhado um papel importante na garantia da proteção das mulheres vítimas de violência baseada no gênero. Em 1997, a lei nº. 9 520 permite que mulheres casadas exerçam o direito de apresentar queixa criminal sem o consentimento do marido. Lei nº. A Lei 10.224 de 2001 dispõe sobre o crime de assédio sexual torna obrigatória a notificação de casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde (públicos ou privados) no território nacional. (Bianchini; Bazzo; Chakian, 2021)

A Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) garante os direitos e a proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. Esta foi a primeira vez que a violência de gênero contra as mulheres foi definida em lei federal. Essa lei também é questionada quanto à sua constitucionalidade, mas, apesar disso, o Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional e válida. Recentemente alterada para incluir novas disposições, a Lei Maria da Penha garante proteção criminal, civil, trabalhista, previdenciária e administrativa às sobreviventes de violência doméstica. (Bianchini; Bazzo; Chakian, 2021)

Outros desenvolvimentos no domínio da saúde incluem o Plano Nacional de Combate à Violência Sexual e/ou Doméstica contra as mulheres, lançado em 2008. Houve também a Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, que data de 2011, foi implementada uma política abrangente cuidado para vítimas de violência sexual passou a ser obrigatória em todos os serviços de urgência do SUS, com a lei n. 12.845/13). (Fiocruz, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na epidemiologia e na história aqui apresentadas, fica claro que a violência baseada no gênero é e sempre foi um problema de saúde pública de grande importância. Portanto, todo profissional de saúde deve estar pronto para reconhecer e acolher as mulheres vítimas de violência de gênero. Deve-se enfatizar também que o papel da saúde e da segurança pública é coordenar o atendimento às mulheres vítimas



de violência sem elevar a mulher, que deve ter acesso a tratamento e supervisão seguros e multidisciplinares.

Embora existam numerosos estudos sobre o papel dos profissionais de saúde no atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero, este tema é pouco abordado durante os estudos universitários. Isso causa danos aos pacientes e às vítimas, por isso é necessário enfrentar o problema da violência nas escolas médicas e nas residências médicas. Ações estruturais também são necessárias para prevenir de forma abrangente a vitimização das mulheres.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, J. M. de; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil. **Revista Interface Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, v. 24, p. 1 –16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/S6jqNqywCWZ4NLXCcJGJDVb/?lang=pt>.
2. BIANCHINI, A.; BAZZO, M.; CHAKIAN, S. **Crimes Contra Mulheres**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2021. ISBN 9786556801889. BRASIL. Decreto n.º 1.973, de 1.º de agosto de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm.
3. BRASIL. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm.
4. BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf.
5. BUENO, S. et al. **Visível Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.
6. CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.
7. DREZETT, J. Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 2, n. 1, p. 36–50, 2003. Disponível em: <https://seerassis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1041>.



8. FIOCRUZ. **Violência contra as mulheres: O que podem fazer os profissionais de saúde?** 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/29922/2/VIOLÊNCIA%20CONTRA%20AS%20MULHERES.pdf>.
9. FREITAS, R. J. M. de et al. Atuação dos enfermeiros na identificação e notificação dos casos de violência contra a mulher. **HU Revista, Juiz de Fora**, v. 43, n. 2, p. 91 –97, abr/jun 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2585>.
10. GOMES, M. C. A.; CARVALHO, A. B. de. Pandemia de COVID-19 e violênciadomésticana conjuntura sociopolíticabrasileira. *Revista Estudos Feministas - REF*, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1 –13, 12 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n374781>.
11. GUSSO, G.; LOPES, J. M.; DIAS, L. C. **Tratado de medicina de famíliae comunidade -2 volumes: princípios, formaçãoe pratica**. Grupo A, 2019. ISBN 9788582715369. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715369/>.
12. HOFFMAN, B. et al. *Ginecologia de Williams*. Porto Alegre: Grupo A, 2014. ISBN 9788580553116. **IBGE**. Pesquisa Nacional de Saúde: acidentes, violências, doençastransmissíveis, atividade sexual, característicasdo trabalho e apoio social. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=30563&t=resultados>
13. INSTITUTO DE PSICOLOGIA USP. **Revisão de Literatura**. Disponível em: <https://www.ip:usp.br/site/biblioteca/revisao-de-literatura/>. Acesso em: 01/03/2022.